

O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente

MATHIAS SEIBEL LUCE

Resumo

Com base nas formulações de Ruy Mauro Marini, elaboradas no âmbito da Teoria Marxista da Dependência, o artigo expõe os fundamentos para uma teoria global do subimperialismo, abordando cada um dos níveis de abstração que compõem o fenômeno como totalidade.

Palavras-chave: Subimperialismo; Teoria Marxista da Dependência; Capitalismo Brasileiro; Ruy Mauro Marini.



Subimperialism, the highest stage of the dependent capitalism

Abstract

Stemming from Ruy Mauro Marini's contributions within Marxist Dependency Theory, the article presents the premises for a global theory of subimperialism, encompassing the whole abstraction levels that compound the phenomenon as a totality.

Keywords: Subimperialism; Marxist Dependency Theory; Brazilian Capitalism; Ruy Mauro Marini.

MATHIAS SEIBEL LUCE

Professor do Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.
mathias.seibel@ufrgs.br

RECEBIDO EM 12 DE MARÇO DE 2014

APROVADO EM 20 DE JUNHO DE 2014

1 INTRODUÇÃO¹

Desde o advento do imperialismo como etapa superior do capitalismo, os teóricos marxistas buscam definir o caráter das distintas formações econômico-sociais em um sistema mundial hierarquicamente diferenciado. Por meio dos debates da III Internacional, a classificação de países imperialistas, colônias e semicolônias passou a ocupar um lugar no vocabulário marxista. Com as transformações que o capitalismo foi atravessando na conjuntura das duas guerras mundiais e do processo de descolonização, a teoria do imperialismo precisou responder à nova realidade. Termos como *neocolonialismo* (NKRUMAH, 1966) e *imperialismo sem colônias* (MAGDOFF, 1978) foram utilizados para expressar a nova condição da dominação exercida pelas potências imperiais.

No outro nível da análise – o das formações histórico-concretas submetidas às relações imperialistas – o vocábulo *dependência* ganharia o *status* de categoria de análise com os autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), pensada como complemento necessário da teoria do imperialismo. Os teóricos marxistas dependentistas assentaram as bases para o estudo do capitalismo latino-americano, desvelando as leis próprias de funcionamento desse capitalismo *sui generis* e compartilhando o esforço para enraizar o marxismo no continente (FERREIRA; LUCE, 2012). Entre eles, Ruy Mauro Marini, ao analisar as mudanças no sistema capitalista mundial nas décadas de 1960 e 1970, identificou a emergência do subimperialismo como uma nova etapa do capitalismo dependente, mediante amadurecimento de um novo tipo de formação econômico-social, que na América Latina se materializava no Brasil.

Hoje vemos um uso corrente do vocábulo subimperialismo para caracterizar o movimento econômico e político expansionista de subpotências “emergentes” em outras realidades históricas e geográficas, como a relação da África do Sul com seus vizinhos, da Índia em sua região, do Brasil na América do Sul, e até mesmo da

1 Este artigo é uma versão modificada e ampliada do nosso texto homônimo publicado no dossiê do número 36 da revista *Crítica Marxista*, São Paulo, 2013, p. 129-141.

China (que está para além da categoria subimperialismo) no continente africano. As poucas traduções do trabalho original de Marini para outros idiomas, entre várias razões, dificultam se ampliar e aprofundar os estudos da categoria tal como Marini a elaborou, favorecendo ainda seu uso por vezes taxativo.²

Não será nosso objeto neste artigo fazer um balanço ou revisão dos estudos sobre o grupo BRICS, mas sim a discussão da categoria de Marini, remontando sua proposição no interior da teoria marxista. Ao mesmo tempo, esperamos apresentar elementos, por meio da categoria subimperialismo de Marini, para conferir maior rigor às análises que, muitas vezes, obliteram a devida diferenciação entre economias e formações econômico-sociais tão díspares como as albergadas sob o mesmo acrônimo BRICS.

O argumento sustentado é que nos livros e dezenas de artigos de Marini sobre o capitalismo dependente brasileiro e latino-americano são discerníveis os fundamentos para uma teoria global do subimperialismo. Se por um lado esses fundamentos restaram dispersos no conjunto dos escritos de Marini, sem um texto que trouxesse a palavra final do autor para o significado assumido pela categoria que ele cunhou, sua sistematização, por outro lado, é possível de ser feita com rigor³ desde que respeitadas os nexos categoriais que vinculam suas formulações acerca do subimperialismo ao corpo teórico da TMD – como as leis próprias do capitalismo dependente (superexploração da força de trabalho, transferência de valor, cisão entre as fases do ciclo do capital) e outras noções e categorias desenvolvidas por Marini e demais expoentes da TMD, especialmente as categorias do *padrão de reprodução do capital* e da *cooperação antagônica* e a tipologia das formações econômico-sociais na industrialização dependente.

2 Um trabalho que procurou examinar o subimperialismo da África do Sul tendo Marini por referência foi o de Coles e Cohen (1977).

3 Neste artigo, apresentamos avanços teóricos em relação à discussão que fizemos em nossa tese de doutorado (LUCE, 2011) sobre a categoria *subimperialismo* em Ruy Mauro Marini. Agradeço a Jaime Osorio por seus aportes valiosos às ideias expostas aqui.

As formulações de Marini em torno do subimperialismo serão discutidas sob o prisma de cada um dos níveis de abstração da TMD e que expressam as distintas instâncias componentes da totalidade.⁴ O fenômeno não é igual à soma das partes. Na condição de totalidade, o subimperialismo somente existe na dialética que nasce da articulação das determinações históricas que constituem sua essência. A falta de clareza teórica para entender o recém-exposto levou a inúmeras confusões sobre a categoria de Marini, desde seus adversários teóricos que se ufanavam da burguesia brasileira⁵ até seus críticos contemporâneos no campo do marxismo.

Que é o subimperialismo? Como pretendemos demonstrar, o subimperialismo deve ser compreendido como um nível hierárquico do sistema mundial e ao mesmo tempo uma etapa do capitalismo dependente (sua etapa superior), a partir da qual algumas formações econômico-sociais convertem-se em novos elos da corrente imperialista, sem deixarem a condição de economias dependentes, mas passando também a se apropriarem de valor das nações mais débeis – além de transferirem valor para os centros imperialistas. Essas formações econômico-sociais que ascendem à condição subimperialista logram deslocar contradições próprias ao capitalismo dependente, de modo a assegurar a reprodução ampliada e mitigar alguns efeitos da dependência mediante formas específicas do padrão de reprodução do capital e uma política de cooperação antagônica com o imperialismo dominante, nas diferentes conjunturas, sem questionar, contudo, os marcos da dependência, mas pleiteando uma autonomia relativa para o Estado subimperialista.

4 São eles: modo de produção capitalista, sistema mundial, padrão de reprodução do capital, formação econômico-social e conjuntura (OSORIO, 2012a).

5 Ver Cardoso e Serra (1979) e a resposta de Marini (2000).

1.1 Um nível hierárquico do sistema mundial

A emergência do imperialismo e do subimperialismo constitui processos de amadurecimento da economia capitalista mundial – no centro o primeiro, na periferia o segundo – com a passagem à fase dos monopólios e do capital financeiro. Seu estudo, portanto, deve começar no nível de abstração do sistema capitalista, no quadro da entrada em um novo estágio do capitalismo como sistema mundial. Se o advento histórico do imperialismo remonta à virada do século XIX para o XX, o subimperialismo data da nova tendência integracionista do capitalismo mundial, oriunda do movimento de capitais do pós-Segunda Guerra.

[...] a expansão e aceleração tanto da circulação do capital produtivo como da circulação do capital dinheiro foram configurando uma nova economia mundial capitalista, que repousa sobre um esquema de divisão internacional do trabalho distinto ao que regia antes da crise mundial [...] Passou o tempo do modelo simples centro-periferia, caracterizado pelo intercâmbio de manufaturas por alimentos e matérias-primas. Encontramo-nos frente a uma realidade econômica na qual a indústria assume um papel cada vez mais decisivo [...] O resultado foi um reescalamento, uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros médios de acumulação – que são também potências capitalistas médias –, o que nos levou a falar da emergência de um subimperialismo (MARINI, 1977, p. 25. Tradução nossa).

Tanto o imperialismo como o subimperialismo ocorrem em um sistema capitalista organizado entre centros e periferias, numa relação histórica que se modifica no tempo e com base em divisões internacionais do trabalho que também se modificam no tempo (com mudanças nos valores de uso que uns e outros produzem, com novas formas de apropriação do valor e de integração dos sistemas produtivos). Na raiz do subimperialismo como um novo elo da corrente imperialista

Observa-se assim o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, que transfere – desigualmente, vale lembrar – etapas da produção industrial aos países dependentes, enquanto os países avançados se especializam nas etapas superiores; simultaneamente, aperfeiçoam-se os mecanismos de controle financeiro e tecnológico dos países avançados sobre o conjunto do sistema. A circulação de capital em escala mundial se intensifica e se amplia, ao mesmo tempo em que se diversifica a

acumulação. Entretanto, seguem atuando as tendências à concentração e centralização próprias da acumulação capitalista, ainda que agora também em benefício das nações de composição orgânica intermediária. A isso corresponde, *do ponto de vista estritamente econômico*, o subimperialismo (MARINI, 2012, p. 40. Destaque no original).

No nível do sistema e, em termos estritamente econômicos, o fundamento histórico do subimperialismo foi a chegada de algumas formações sociais à fase monopólica e financeira e ao grau médio da composição orgânica do capital nos anos 1960 e 1970:

o subimperialismo corresponde, por um lado, ao surgimento de pontos intermediários na composição orgânica do capital em escala mundial, na medida em que aumenta a integração dos sistemas de produção – e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro (MARINI, 2012, p. 41).

Essa transformação expressa a um só tempo a mudança operada na dinâmica do imperialismo *tout court* e o surgimento de formações subimperialistas, no âmbito do processo expansionista da acumulação de capital em escala mundial. Um movimento dialético pelo qual o externo (exportação de capital) se internalizou (elevação do grau da composição orgânica do capital) e, como nova síntese de múltiplas determinações, novamente se exteriorizou (expansão subimperialista), modificando as formas de funcionamento do capitalismo mundial.

O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização capitalista, que contrapôs ao esquema simples de divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a CEPAL – um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros (MARINI, 1992, p. 137-8).

O sentido perverso a que se refere Marini é o fato de a autonomia relativa não poder escapar da dinâmica global imposta pelos grandes centros. Quando uma ou mais economias dependentes ascendem a novo grau na hierarquia do capitalismo mundial é

para assumirem novo caráter da dependência e para se converterem, também elas, em extratoras de mais-valia, apropriando-se de parcela do valor produzido pelas periferias – mas sem elevar o nível geral de vida da sua classe trabalhadora.⁶ Como já afirmado: “Seguem atuando as tendências à concentração e centralização, embora agora também em benefício de nações de composição orgânica intermediária”. Em suma, tendências gerais da economia mundial e do sistema cristalizam-se e tomam forma em determinadas formações sociais, tanto para dar vida ao imperialismo, como ao subimperialismo.

2 UMA ETAPA DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Assim como Lênin caracterizou o imperialismo como a etapa superior do capitalismo, o subimperialismo consiste, segundo Marini, na “forma que o capitalismo dependente assume ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (MARINI, 1977, p. 31). Um estágio superior de desenvolvimento, no qual “a seu estilo dependente e subordinado, o Brasil entraria na etapa de exportação de capital, assim como na rapina de matérias-primas e fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro, o gás” (MARINI, 1997, p. 32).

Nesse sentido, a chegada de um país dependente à etapa subimperialista põe em marcha o estabelecimento de uma divisão sub-regional do trabalho em proveito do capital subimperialista, assinalada pela apropriação do valor das nações mais débeis, as quais se tornam objeto da conformação de uma esfera de influência que atende aos interesses da reprodução do capital sediado no país subimperialista (seja ele propriedade da burguesia

6 Para uma discussão da vigência e, mesmo, do incremento da superexploração da força de trabalho sob outras formas no capitalismo brasileiro contemporâneo, ver nosso artigo “Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?” (LUCE, 2013).

interna, seja de capitais provenientes dos grandes centros imperialistas, sendo comum a associação entre ambos).⁷ Nesses termos, a ascensão do Brasil à condição de exportador de manufaturados, sob o padrão industrial diversificado de reprodução do capital, diferenciava-o de outras nações latino-americanas que viam ser aprofundada sua especialização produtiva no mercado da divisão regional do trabalho que o subimperialismo engendrava.

Consoante exposto:

Tudo isso configura um processo de integração na América Latina que se desenvolve em dois planos: a rearticulação da economia latino-americana em seu conjunto com a economia mundial, sobre a base do desenvolvimento de uma economia exportadora de tipo industrial, e a redefinição da relação econômica entre os próprios países da zona. A superespecialização vem a ser assim a contraparte de uma intensificação da dependência e se realiza sobre a base do que se acreditou, até há pouco, ser a chave para a emancipação econômica da América Latina: o desenvolvimento industrial (MARINI, 1976. Tradução nossa).

Como forma particular que a economia industrial, passível de ser assumida pelo desenvolvimento do processo de industrialização no capitalismo dependente, Marini entendia o subimperialismo como fenômeno para além do regime político imperante no Brasil nos anos da ditadura tecnocrático-militar e para além de uma realidade que tinha lugar ou que pode ter lugar apenas no Brasil.⁸

7 Não teremos condições nesse espaço para analisar as diferenças entre a categoria subimperialismo de Marini e a de semiperiferia de Immanuel Wallerstein. Remetemos o leitor interessado para o capítulo 5 da nossa tese de doutorado (LUCE, 2010). Por ora, muito brevemente e abstraindo as diferenças teóricas e políticas que há entre a Teoria Marxista da Dependência e a Análise dos Sistemas-Mundo, poderíamos dizer que todo país subimperialista é parte do que se costuma chamar de semiperiferia. Mas nem todo país semiperiférico é uma formação econômico-social subimperialista.

8 Além do Brasil, Marini também considerou a África do Sul e Israel dentre os países que assumiram a condição de formações econômico-sociais subimperialistas.

[...] em sua dimensão mais ampla, o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias à economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada [...] mas não é menos certo que esse [o subimperialismo] não é nada mais do que *uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente* (MARINI, 2005, p. 179-180. Destaque nosso).

Ou seja, o amadurecimento de um país à condição subimperialista está além de uma conjuntura específica e de um país singularmente considerado. Corresponde, na verdade, à chegada da economia dependente à etapa dos monopólios e do capital financeiro, engendrando novas tendências que esse grau de acumulação coloca.

3 UM TIPO DE FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL

Agora, a projeção em termos políticos das condições econômicas apresentadas anteriormente (desenvolvimento dos monopólios e do capital financeiro, elevação da composição orgânica do capital), de tal modo a amadurecerem para engendrar o subimperialismo, exige outros elementos, como um Estado forte, com uma burguesia com projetos próprios e que converta esses projetos próprios de expansão econômica e política em projetos nacionais – o que implica persuadir ou subordinar outras frações burguesas ou persuadir e subordinar outras classes sociais, tanto no terreno interno como no externo. Como sustenta Marini:

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não só é acompanhada por uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, mas se mantém também no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional. Colocado nesses termos, nos parece que, independentemente dos esforços de Argentina e outros países para ascender a um grau subimperialista, só o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno desta natureza (MARINI, 1977, p. 31. Tradução nossa).

O que significa exercer uma política expansionista relativamente autônoma, no marco da integração ao sistema produtivo imperialista e da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional? Por que, na América Latina, o Brasil e não Argentina ou México alcança essa posição? Isto obedece ao princípio da dialética que rege o real. Nem todos os novos subcentros econômicos que atingiam uma composição orgânica média e que passavam também à condição de exportadores de manufaturados e, em menor medida, de capitais estavam em condições de impor uma divisão sub-regional do trabalho para o proveito das suas burguesias internas. Ou seja, no conjunto do capitalismo latino-americano, apenas o Brasil tornou-se uma formação social subimperialista.

Aqui reside a importância das condições específicas das formações econômico-sociais e o papel dos Estados nacionais para o subimperialismo. A trajetória das diferentes formações estatais, estudada no nível de análise da formação econômico-social, revela como em algumas sociedades o Estado nacional amadureceu para uma formação subimperialista, enquanto em outras não.

Do ponto de vista das condições necessárias para a industrialização dependente dar vida ao subimperialismo, podemos identificar cinco elementos determinantes, mediados pela ação do Estado, para a manifestação histórica do subimperialismo, na sua dimensão de política expansionista relativamente autônoma: a) a ascensão de um país dependente (dentre aqueles de Tipo A, na tipologia da industrialização dependente elaborada por Vania Bambirra)⁹ para a condição de subcentro regional respondendo pelas pautas da acumulação mundial, ao se converter em subcentro da indústria pesada com certa escala da produção interna e certo grau de operação do capital financeiro; b) a unidade entre frações burguesas, por meio do deslocamento das suas contradições internas; c) a formulação de um projeto nacional subimperialista; d) a formação de trustes capitalistas nacionais, com a atuação do Estado como instrumento de intermediação na vinculação da economia dependente ao imperialismo; e e) a condição

9 Ver Bambirra (2012).

de economia dependente que não apenas apresenta transferência de valor para as economias imperialistas, mas também se apropria de valor das nações mais débeis.

A Argentina, apesar de ter atingido a etapa monopólica e financeira e de ter liderado, antes da ascensão do Brasil, a produção industrial na América do Sul, detém particularidades históricas que a impediram de se tornar uma formação subimperialista. Como observado, as divisões no seio da burguesia argentina impediram se perfilasse um projeto nacional com força suficiente para uma expansão além-fronteiras. Assim a divisão existente entre o grande capital ligado ao agro e o grande capital ligado ao setor industrial impede projetos unificados e o fortalecimento do Estado e das classes dominantes.

No México, a subordinação econômica e política aos projetos do grande imperialismo estadunidense impedem o capital em operação no país de ter projetos próprios. O grau de penetração do imperialismo estadunidense no México impossibilitou que o Estado colocasse em prática uma política expansionista relativamente autônoma. Dessa maneira, nestes dois países (Argentina e México) amadurece a formação subordinada e não a subimperialista (autonomia relativa).

Na América Latina, foi apenas o Brasil que reuniu as condições para dar vida ao subimperialismo, formando trustes capitalistas nacionais que colocaram em marcha um novo padrão de intercâmbio desigual, no qual a economia dependente subimperialista não apenas transfere valor, mas também se apropria. Dentre as condições ora enumeradas, foi o tema dos trustes capitalistas nacionais aquele que recebeu maior tratamento analítico na reflexão de Marini sobre a categoria do subimperialismo.

No artigo *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, Marini incorporou aspectos da teoria da conglomeração de Bukhárin para examinar o papel cumprido pelo Estado na dinâmica do subimperialismo, mediante o processo de aglomeração do capital com o Estado nacional, formando trustes capitalistas no contexto da tendência integracionista do capitalismo mundial. Em sua obra *A economia mundial e o imperialismo* (BUKHÁRIN, 1986), o teórico russo pôs em evidência o fato de que a internacionalização do capital não pode prescindir da sua internalização.

[...] ao acarretar um maior desenvolvimento capitalista nas zonas subordinadas como a América Latina, a integração fez com que se manifestassem também nelas com maior força suas contratendências, em particular a que trabalha no sentido de reforçar os Estados nacionais (MARINI, 1977, p. 33. Tradução nossa).

Nesses termos, verifica-se um processo dialético de internacionalização-internacionalização, no qual o reforço do Estado nacional nos países onde tem lugar o subimperialismo atua como um elemento que, de modo contraditório ao processo de internacionalização, assegura o desenvolvimento da integração dos sistemas de produção.

Se a exportação de capital a partir da nação imperialista marca o momento em que se expressa de forma pura a tendência do capital a se internacionalizar, sua conversão em capital produtivo no marco de uma economia nacional determinada representa o [momento] de sua negação, ao passar esse capital a depender da capacidade desta economia – e, portanto, do Estado que a rege – para garantir sua reprodução (MARINI, 1977, p. 33. Tradução nossa).

Dada a dimensão das desvantagens existentes entre a burguesia imperialista e a dos países dependentes, esta última se encontra desprovida de condições para negociar diretamente com o imperialismo uma posição proveitosa ao decidir associar-se à tendência integracionista imposta pelos centros imperialistas. É por isso que “opta pelo reforço do Estado nacional como instrumento de intermediação”. Tal opção lhe permite concentrar e organizar suas forças. Essa intermediação, uma vez combinada com a acentuação do processo de concentração e centralização do capital que chega agora às economias dependentes, faz com que “o fenômeno de ‘aglomeração’ do capital com o Estado nacional a que alude Bukhárin se reproduza nestes países, envolvendo tanto o capital nacional como o estrangeiro”. O resultado dessa aglomeração “não é a submissão pura e simples do Estado pelo capital”. Antes pelo contrário:

Embora seja evidente que o Estado se converte no que Bukhárin chama “truste capitalista nacional”, o próprio fato de que ele seja chamado a ordenar e arbitrar a vida econômica (até onde seu arbítrio é compatível com sua subordinação aos Estados imperialistas) o coloca em uma situação em que se acentua sua autonomia relativa frente aos distintos grupos capitalistas [...]

Foi em função disso como o Estado brasileiro pode formular o projeto não de uma estrutura subimperialista, mas de uma política subimperialista, com um grau de racionalidade muito superior ao que o capital nacional e estrangeiro que opera no Brasil lhe poderia conferir (MARINI, 1977, p. 34. Tradução nossa).

Dessa maneira, o Estado comparece seja para melhor assegurar a reprodução do capital imperialista ali investido, seja para agir em prol de uma autonomia relativa perante os grupos capitalistas estrangeiros, provendo as burguesias locais com os meios dos quais não dispõem, para poderem gozar de uma condição relativamente mais favorável dentro do processo de desenvolvimento associado e integrado ao imperialismo. A formação desses “trustes capitalistas nacionais” sobre a base da aglomeração entre Estado e capitais privados foi uma condição determinante para o ímpeto expansionista que converteu o Brasil em exportador de manufaturados e de capitais. De igual maneira, o Estado foi também um meio fundamental para conferir a escala da produção alcançada por estes mesmos conglomerados, assim como fonte de elaboração do projeto nacional subimperialista (Escola Superior de Guerra, Itamaraty, etc.) e elemento que selou a unidade entre as diversas frações burguesas.

4 UM CONJUNTO DE FORMAS DO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A seguir, veremos como, em face do nível do padrão de reprodução do capital, “o eixo do esquema subimperialista está constituído pelo problema do mercado” (MARINI, 2012, p. 256). Como nível de abstração intermediário, o padrão de reprodução é síntese de dois planos de determinações interligados, quais sejam: a dialética entre a economia mundial e o capitalismo dependente, que determina as formações econômico-sociais; e a dialética entre as formações econômico-sociais e o movimento do real em diferentes conjunturas históricas, sobredeterminando o capitalismo dependente. Portanto, o “externo” que se internaliza e o “interno” que se externaliza. Neste âmbito, o exame do subimperialismo como conjunto de formas do padrão de reprodução toma, pois, em conta o processo histórico da sucessão de diferentes padrões, tendo como marco analítico as formas assumidas pelo capital

(as regularidades e mudanças observadas no ciclo do capital, considerado do ponto de vista dos valores de uso produzidos e do processo de valorização em si), em uma formação econômico-social na qual amadureceram as condições tanto econômicas como políticas para convertê-la em um país subimperialista.¹⁰

Assim como no imperialismo onde a expansão do poder do capital e dos Estados imperialistas exerce o efeito de contrarrestar a lei da queda tendencial da taxa de lucro e outras contradições emanadas da própria lógica da valorização e da luta de classes, no subimperialismo são deslocadas contradições específicas do capitalismo dependente. Com isso, sob o ângulo do padrão de reprodução o subimperialismo reside na conjunção das leis próprias da economia dependente com a divisão internacional do trabalho que rege cada período da economia mundial. Nas palavras de Marini, o subimperialismo teve origem e é definido

a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extrema a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção [e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores] (MARINI, 2012, p. 40).¹¹

10 A categoria *padrão de reprodução do capital* teve seus fundamentos assentados por Ruy Mauro Marini e foi levada adiante por seu discípulo Jaime Osorio, com quem alcançou seu desenvolvimento teórico definitivo. Ver Osorio (2012).

11 A questão do divórcio ou cisão entre as fases do ciclo do capital examinada por Marini é um aspecto que tem sido mal compreendido por diferentes autores na atualidade. Essa categoria costuma ser confundida com a ideia de uma crise permanente de realização ou a impossibilidade de o mercado interno se ampliar por meio do crédito ou de outros mecanismos. Remetemos o leitor diretamente para os textos *El ciclo del capital en la economía dependiente y Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital*, onde se poderá compreender melhor o conjunto de determinações expressas nessa categoria. Consultem-se os textos originais em <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>.

A integração dos sistemas de produção na divisão internacional do trabalho do pós-guerra transformou a indústria de bens duráveis no setor dinâmico da economia brasileira.

Embora muitos dos produtos que daí derivem, de maneira direta ou indireta, consistam francamente em suntuários nas condições da América Latina, foi em função deles que, por conveniência do capital estrangeiro, se alterou a estrutura produtiva (MARINI, 1977, p. 27. Tradução nossa).

Sob a égide do padrão industrial diversificado, o Brasil tornou-se assim o principal produtor de automóveis na América Latina e o nono no *ranking* mundial. E foi o lócus do surgimento de um complexo militar-industrial que levou o país ao posto de segundo produtor de armamentos do Terceiro Mundo, atrás apenas de Israel. O grau médio na composição orgânica do capital traduzia a importância assumida pela indústria de transformação e, em especial, pela indústria pesada. Como um dos subcentros desta no mundo dependente, o Estado brasileiro passava a conformar uma divisão sub-regional do trabalho voltada para a exportação de manufaturados e provimento de matérias-primas baratas, de modo a realizar o capital-mercadoria produzido e reduzir o valor do capital constante.

Dizer que o subimperialismo “está constituído pelo problema do mercado”, como afirmou Marini, significa por conseguinte que do ponto de vista do padrão de reprodução do capital o país subimperialista logra reunir condições para deslocar através da expansão que engendra os problemas de realização da economia dependente na segunda fase da circulação (M'-D'). E significa também que logra reunir condições para mitigar alguns efeitos estruturais da dependência na primeira fase da circulação (D-M) e no processo de acumulação em escala ampliada: o capital financeiro em operação no país e as empresas produtivas inscritas na sua lógica e que assumem a configuração de trustes capitalistas nacionais – nunca desvinculados do capital estrangeiro, tenha-se presente, – conseguem apropriar-se de lucro extraordinário, seja liderando internamente a produção em seus ramos respectivos, seja operando em outras economias submetidas à expansão subimperialista, apropriando-se de valor

produzido nas nações mais débeis. E uma parte dessa massa de valor – a outra é drenada pelas relações com o imperialismo – é incorporada, possibilitando, dentro dos limites de uma economia dependente, certo desenvolvimento com algum controle tecnológico na produção e com alguma presença, ainda que subordinada, nos circuitos da valorização financeira. Os casos da Petrobrás, da Embraer, do Banco do Brasil, do BNDES e de um banco privado como o Itaú são exemplos do recém-exposto.

Contudo, o que permite a um país dependente diferenciar-se dentro do conjunto das demais economias às quais pertence e deslocar, no ciclo do capital, contradições oriundas das leis de funcionamento do capitalismo dependente, tornando-se uma economia que não apenas transfere valor, mas que se apropria de uma parcela de valor na divisão internacional do trabalho? Evidentemente, Marini atribuía esse papel ao Estado.

No período do padrão industrial diversificado, o Estado chegou a responder por 60% do investimento bruto fixo (MARINI, 1977b). E era acompanhado pelo capital-dinheiro internacional, que através do mercado de capitais promovia a fusão do capital bancário com o capital industrial (surgimento das financeiras, lei dos consórcios, etc.). Esse processo alavancou as empresas do setor dinâmico do padrão então em curso, fortalecendo a esfera alta do consumo (automóveis, eletrodomésticos), mediante vendas a prazo. Na segunda fase da circulação, o consumo suntuário e o mercado externo compareciam como fatores de realização, ambos contando com o concurso do Estado: a redistribuição regressiva da renda ampliava o raio de ação da esfera alta do consumo e os incentivos e subsídios estatais às exportações de manufaturados – assim como a captura de mercados na América Latina e nos demais países do mundo dependente por meio da política externa – garantiam as vendas dos valores de uso produzidos.

Nos dias atuais, sob a vigência do novo padrão exportador de especialização produtiva, a indústria de transformação cedeu lugar às indústrias extrativas. E as matérias-primas despontaram novamente como o segmento que imprime dinamismo ao padrão de reprodução, alterando a forma histórica da dependência. Estes segmentos, juntamente com a valorização financeira em si mesma

e alguns poucos ramos do padrão de reprodução anterior (especialmente a indústria automobilística), são a pedra de toque do capitalismo brasileiro nesse começo de século. Se antes os ramos da indústria de automóveis, a de eletrodomésticos e a indústria bélica faziam do mercado externo, do consumo suntuário e do Estado fatores de realização dos valores de uso produzidos, hoje são principalmente as exportações do agronegócio e do segmento de extrativa mineral que mobilizam o mercado externo na segunda fase da circulação, enquanto a indústria automobilística prossegue encontrando no consumo suntuário e no Estado (via isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados) seus canais de realização.

Ao mesmo tempo, antigos e novos trustes capitalistas nacionais expandiram seus negócios, com aportes financeiros do BNDES e ofertas de ações na bolsa de valores (fusão do capital bancário e do capital industrial). Todavia, o subimperialismo brasileiro não desapareceu com o fim do padrão industrial diversificado, apenas assumiu novas formas no novo padrão exportador de especialização produtiva.¹² Por que a privatização e a desnacionalização das empresas exportadoras e do sistema bancário não foram iguais no Brasil e nos demais países da região? Por que a burguesia interna e o Estado brasileiros não foram simplesmente absorvidos pelo capital estrangeiro como em outros países, mas de maneira integrada a este atuaram como coadjuvantes – e até mesmo como protagonistas – do processo de desnacionalização no continente? A condição de país subimperialista é a chave para explicar essas peculiaridades.

5 A COOPERAÇÃO ANTAGÔNICA COM O IMPERIALISMO VIA CONJUNTURAS

A categoria a expressar a ação do Estado, nas diferentes conjunturas, em uma formação econômico-social que ascendeu à condição subimperialista é da cooperação antagônica. Esta foi definida como a busca de uma autonomia relativa no marco da

¹² Para uma análise do atual padrão exportador de especialização produtiva, ver Osorio (2012b).

dependência: “As relações entre a burguesia brasileira e o imperialismo devem ser vistas dentro das leis da cooperação antagônica que se estabelecem no processo de integração internacional do capitalismo”. Cooperação antagônica significa que o país subimperialista jamais deixa a condição de economia dependente. Não é um país imperialista:

Sem poder questionar o domínio imperialista em si mesmo (se não estaria questionando o próprio capitalismo) a burguesia nacional pode no entanto barganhar por melhores relações dentro da sua subordinação – melhores preços, melhores acordos, áreas próprias para exploração, etc. (MARTINS, s/d).

Como proposto, o antagonismo expressa a busca por uma autonomia relativa na política internacional e pelo controle de uma parcela da massa de valor, de modo a ser uma economia que não apenas transfere valor, mas se apropria de valor. Nem todos os países dependentes que adentraram na etapa dos monopólios e do capital financeiro reuniram condições para praticar uma política nos termos da cooperação antagônica. Além disso,

tais relações [nos termos da cooperação antagônica] dependem das correlações de força em cada momento: a conjuntura econômica internacional e dentro de cada país, a situação política, as distensões e agravamentos com as forças revolucionárias, etc. (MARTINS, s/d).

Onde esta não foi possível, o novo caráter da dependência reforçou a formação subordinada. Onde, ao contrário, as relações com os centros dominantes se deram nos termos da cooperação antagônica é porque se criaram as condições para uma autonomia relativa, amadurecendo a formação subimperialista. É nesse sentido que reside a ponderação de Marini:

Como o Brasil, países como a Argentina, Israel, o Irã, o Iraque e a África do Sul assumem – ou assumiram, em algum momento de sua evolução recente – caráter subimperialista, ao lado de outros subcentros em que essa tendência não se manifestou plenamente ou apenas se insinuou [...] (MARINI, 1992, p. 138).

A concretização histórica do subimperialismo não se deve a uma questão meramente econômica. A existência de condições propícias a seu desenvolvimento não assegura por si só a conversão de um país em um centro subimperialista [...] Neste sentido, em nossos dias, [é] o Brasil [que] se identifica como a mais pura expressão do subimperialismo (MARINI, 2012, p. 41).

6 CONCLUSÃO

Como procuramos sustentar em nossa análise, a categoria de subimperialismo formulada por Marini expressa uma totalidade formada por diferentes níveis de abstração. A confusão dos diferentes níveis de análise ou de abstração que compõem o subimperialismo como totalidade – tomando as determinações históricas de apenas alguns ou um deles – é a origem de muitos dos equívocos interpretativos sobre a categoria proposta por Marini. Na condição de fenômeno histórico, o subimperialismo vai tendo suas formas modificadas, embora conservando sua mesma essência. Desconsiderar esses dois pressupostos foi a origem de muitos dos equívocos interpretativos em torno do conceito desenvolvido por Marini.

Evidentemente é muito mais cômodo apontar as lacunas que não poderiam ser diferentes para uma análise ainda embrionária do que seguir a trilha inaugurada por Marini, avançando sua investigação. Mas aceitar a primeira opção pode significar fazer a teoria andar para trás. Nossa opção, ao contrário, foi demonstrar que em Marini estão os fundamentos para uma teoria global sobre o subimperialismo e que é a partir deles que daremos conta de explicar com o devido rigor as atuais tendências expansionistas do capitalismo brasileiro e da sua política exterior, como são as fusões e aquisições envolvendo multinacionais com capital brasileiro, o controle das matérias-primas e fontes de energia nos demais países latino-americanos e em países do continente africano ou a ocupação militar do Haiti.

Tanto as análises que sobredimensionam a autonomia do capitalismo e do Estado brasileiros como as que negligenciam sua autonomia relativa dentro dos marcos da sua dependência detêm incompreensões acerca do significado de subimperialismo. Para as primeiras, não faria sentido subimperialismo pois este suporia ser mera correia de transmissão do imperialismo dominante. Para os adeptos da segunda visão, a categoria não se sustentaria por implicar a ideia de um imperialismo de segunda grandeza. Nem uma nem outra acepções correspondem ao conceito de subimperialismo, cujo verdadeiro significado esperamos ter ajudado a repor ao longo deste artigo.

Hoje, consoante se pode afirmar, o Brasil na América Latina, a África do Sul na África Austral, Israel no Oriente Médio e a Índia no Sudeste Asiático consistem de exemplos de países subimperialistas, cujas estruturas de poder e lógica de atuação exigem-nos uma análise rigorosa sem prescindir da sua complexa malha categorial. Dessa maneira entre os países do grupo BRICS, Brasil, África do Sul e Índia são economias que expressam tendências examinadas por Marini com base na categoria subimperialismo. China não pode ser caracterizada como subimperialista, mas sim como um imperialismo *sui generis* ou de novo tipo, inclusive suplantando os EUA e a UE como principal mercado de destino das exportações latino-americanas e como principal investidor na região. Por sua vez, a Rússia, tampouco, é uma formação econômico-social subimperialista, mas um antigo império que participou, até 1917, da corrida e das contradições interimperialistas no momento da chegada do capitalismo à sua fase superior. A restauração do capitalismo na Rússia, com o colapso da URSS, recolocou-a no concerto das potências imperialistas. É tema para outro artigo, contudo, comparar o contexto e o caráter da ascensão e do modo como se exerce o poder por parte de cada um dos países ou economias integrantes do BRICS. Por ora, ressaltemos que nem a China, nem a Rússia fazem parte do capitalismo dependente, mas sim o Brasil, a África do Sul e a Índia.

Não estamos sugerindo, com isso, que não existam interesses e vínculos comuns, no interior do grupo BRICS, entre os Estados e as classes e frações de classe pelas quais estes respondem. Entretanto, a teoria e a realidade social concreta nos indicam um conjunto de problematizações necessárias, sob pena de velarmos as relações políticas e econômicas de poder mundiais e a verdadeira configuração das relações imperialistas na atualidade, em que pesem as contradições internas e as novas formas da cooperação antagonica observadas entre os elos dominantes e os elos subordinados da corrente imperialista.

No tocante ao Brasil, nos últimos quinze anos pudemos evidenciar antigos e novos trustes capitalistas brasileiros expandirem seus negócios, com aportes financeiros do BNDES e ofertas de ações na bolsa de valores (fusão do capital bancário e do capital

industrial), absorvendo riquezas nacionais dos países vizinhos, como o fizeram as mineradoras Vale e Votorantim, os frigoríficos Marfrig e JBS Friboi, a Petrobrás, as construtoras Odebrecht e OAS, o Grupo Gerdau, etc. Se, por um lado, o Mercosul subimperialista contrasta com a ALCA do grande imperialismo, por outro, assim como a Unasul – quando esta se restringe a um foro de implementação da IIRSA – coloca em prática, em nome da integração regional, o papel que o imperialismo nos reserva na divisão internacional do trabalho, com a particularidade de buscar uma esfera de influência própria e uma autonomia relativa para a burguesia dependente, nos termos da cooperação antagônica com os centros imperialistas e às custas dos povos irmãos. Nesse sentido, substituir os EUA ou a UE pela China como principal mercado de destino das exportações em nada altera a lógica do imperialismo, que finca raízes em nossas sociedades e segue provocando o despojo dos povos no continente, com a participação ativa dos governos brasileiros de Lula e Dilma, como se vê nas lutas em Tipnis na Bolívia, na Amazônia peruana e equatoriana, nas terras uruguaias e paraguaias, em países africanos, etc. enquanto são negadas à classe trabalhadora brasileira suas condições mais essenciais de vida e trabalho.

Se o significado de dependência é o de economias voltadas para atender necessidades de outras economias e o subimperialismo é uma economia dependente que não apenas transfere valor, mas se apropria de valor das nações mais débeis, como antes, hoje o subimperialismo brasileiro participa do despojo da classe trabalhadora e dos povos a ele submetidos para reproduzir ampliadamente o despojo da própria população trabalhadora em seu território. O maior frigorífico do mundo pertence à burguesia de um país que nega alimento à sua população. O maior banco de fomento do mundo pertence a um país onde metade do orçamento público federal se destina ao pagamento da alta burguesia financeira. Algumas dentre as maiores construtoras do mundo fazem parte do bloco no poder de um país onde a classe trabalhadora, sem esgoto e saneamento, e sem transporte coletivo de qualidade, despende até quatro horas diárias se deslocando entre o espaço de trabalho e de moradia em suas metrópoles. Tudo isso confirma a atualidade

da conclusão de Marini em sua obra *Subdesenvolvimento e revolução*, qual seja: o caráter subimperialista que a burguesia dependente procura imprimir à sua dominação deve tornar irmanadas a resistência antiimperialista no continente e a luta de classes que move (e deve mover) a classe trabalhadora brasileira.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BUKHÁRIN, N. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

CARDOSO, F. H.; SERRA, J. As desventuras da Dialética da Dependência. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 23, p. 33-80, 1979.

COLES, J.; COHEN, R. O subimperialismo sul-africano. In: CENTRO DE ESTUDOS DA DEPENDÊNCIA-CEDEP (Org.). **A África Austral em perspectiva**. Vol. 2. A África do Sul e as ex-colônias portuguesas. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

FERREIRA, C.; LUCE, M. S. Introdução. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013.

_____. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini**. Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. 2011. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MAGDOFF, H. Imperialism without colonies. In: MAGDOFF, H. **Imperialism**. From the colonial age to the present. Nova York: Monthly Review Press, 1978.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

- _____. Dialética da Dependência. In: STÉDILE, J. P.; TRASPADINI, R. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____. As razões do neodesenvolvimentismo. Resposta a Cardoso e Serra. In: SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência**: Antologia de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **América Latina**: Dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.
- _____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México: Ediciones Era, n. 12, p. 21-39, 1977 [1977a].
- _____. Estado y crisis en Brasil. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México: Ediciones Era, n. 13, p. 76-84, 1977 [1977b].
- _____. Crisis del Pacto Andino. El fracaso del desarrollismo. **El Sol de México**, Cidade do México, 14 de outubro de 1976.
- MARTINS, E. APERJ, **Coleção DARF**, Documento 545, p.4. [s/d].
- NKRUMAH, K. **Neocolonialismo**: Última etapa del imperialismo. Cidade do México: Siglo XXI, 1966.
- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012 [2012a].
- _____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012 [2012b].